COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE *

INFORMAÇÃO

TIMOR-LESTE

PERIODICIDADE MENSAL PREÇO AVULSO: 25$00 ANO VI Nº 51 ABRIL 1990

E depois da visita?

Recomeçaram em Nova Iorque as conversações sobre a ida de uma delegação parlamentar portuguesa a Timor-Leste, estando anunciada mais uma ronda - a última? - para 7 de Maio próximo.

O desfecho ainda não é conhecido, incluindo as condições finais e as datas da missão. Daquilo, porém, que é possível saber, algumas preocupações fundamentais estão ainda por responder.

Esta missão tem sido, nos últimos anos, o objectivo único das negociações entre Portugal e a Indonésia (para além dos programas humanitários).

A nenhum dos dois países interessa romper as negociações, tanto mais que nenhum tem a certeza de poder vir a ganhar uma votação na Assembleia Geral das Nações Unidas. Neste contexto, se a missão não se realizar, as negociações correm o risco de se esvaziar e o Secretário Geral nada tem de concreto a apresentar como resultado da missão que lhe foi confiada no âmbito da resolução 37/30.

É pois necessário, na óptica portuguesa, ir a Timor-Leste, tanto mais que a Resistência timorense assim o deseja. Mas que preço oculto poderá Portugal ter de pagar por isso? Ou seja, por detrás desta negociação quanto à ida, não haverá outro(s) compromisso(s) quanto ao futuro? (por exemplo, reatamento das relações diplomáticas entre os dois países como primeiro passo para a aceitação das próximas eleições indonésias - já em 1992! como processo de auscultação da vontade dos timorenses).

O que nos preocupa não é só como serão a preparação e as condições da visita, mas o que acontecerá depois dela.

Depois da experiência das manifestações juvenis aquando das visitas do Papa e do embaixador americano, constituiu uma certa surpresa a Indonésia aceitar negociar a ida da missão neste momento. Como interpretar esta opção: confiança num compromisso de Portugal quanto a um caminho futuro? Confiança na eficácia da repressão?

Existe uma "natural" desconfiança entre os deputados e o governo, temendo os primeiros que o segundo lhes queira passar a responsabilidade de uma solução futura pouco digna.

A visita é considerada como muito delicada, na medida em que pode vir a ser explorada por Jacarta, do ponto de vista diplomático, com a conivência do Secretariado das Nações Unidas, sem se ter a certeza de que o governo português quer (e no caso de querer, se tem força para o fazer) contrapor uma outra versão dos factos. Por isso, há quem fale em que a delegação não deve integrar figuras de primeiro plano, pois esses dirigentes políticos ficariam "queimados". O que não deixa de ser contraditório com o desejo expresso de um encontro com os dirigentes da Resistência timorense.

É sabido que o encontro com a Resistência foi expressamente mencionado nas negociações o ano passado. A Indonésia terá recusado que esse ponto figurasse no acordo escrito que ambos os governos subscreverão como plataforma para a missão, mas não negou que se pudesse realizar. O que dirão agora as autoridades de Jacarta e o que realmente pensam fazer não é conhecido, mas o seu peão de brega Mário Carrascalão não se tem cansado de dizer, a quem tem tido a paciência e o profissionalismo de o ouvir, que essa questão não se põe, até porque ninguém sabe onde está «escondido» o srº Gusmão pois de contrário as forças armadas já o teriam ido apanhar (**TSF**, 2/4/90).

Nada se sabe quanto a datas. Diz-se que Portugal teria posto como condição que a visita não se efectuasse no período das chuvas, que decorre entre o princípio de Outubro e os fins de Março. Segundo alguns órgãos de comunicação a visita realizar-se-à na primeira quinzena de Setembro. A ser verdade, não se poderia escolher pior altura: será no fim da estação seca, isto é no fim do período das operações militares, a coincidir com a sessão da AG da ONU, portanto sem dar grande margem de manobra à AR.

Ainda há, porém, muita coisa a fazer. E uma, das não menos importantes, consistirá na preparação dos elementos que constituirão a delegação.

Em princípio, haverá representantes de todos os partidos com assento parlamentar. Alguns haverá que não estarão muito interessados em defender os direitos do povo maubere, que sobretudo pensarão em defender-se a eles próprios. Outros estarão animados dos mais altos valores de justiça mas desconhecerão, com a profundidade que a responsabilidade da situação exige, tanto as características físicas do terreno como o sangue e o nervo da cultura timorense, assim como, mais importante ainda, os atalhos e as armadilhas que o colonizador construiu com a sua teia dominadora.

Uma árdua, ingrata tarefa espera os deputados portuguesas. Compete a eles escolher o papel que querem assumir, perante nós e perante os timorenses.

NESTE NÚMERO:

- **E depois da visita?**
- **Dois povos, a mesma luta**
- **Debate na comunidade timorense**
- **Encontro europeu de solidariedade**

Dois Povos, a mesma luta

Já aqui chamámos a atenção para o facto de a questão de Timor-Leste estar a ganhar, lentamente, um crescente eco junto de alguns sectores da sociedade indonésia. Entre estes encontram-se as ONG de defesa dos direitos humanos, a que se têm vindo a juntar activistas do movimento estudantil.

Do mesmo modo, são cada vez mais os timorenses que têm consciência da importância de abrir brechas no pretenso monolitismo da sociedade indonésia relativamente a Timor-Leste.

É difícil olhar para esta situação e não ser levado a estabelecer um paralelo com a própria experiência de Portugal, quando o nosso país enfrentava os movimentos de libertação das suas colónias africanas. Nessa época, os dirigentes daqueles movimentos, e muito particularmente Amílcar Cabral, tiveram a lucidez de estender a mão ao povo português por cima do regime colonial-fascista que oprimia ambos os povos. E esse gesto ajudou a despertar e a colocar ao lado dos africanos muitos portugueses que, de uma forma decisiva, contribuíram para a sua independência.

DA INDONÉSIA PARA TIMOR-LESTE

Durante os recentes julgamentos de estudantes que tomaram parte activa na contestação ao regime totalitário instalado em Jacarta, ocorrida na segunda metade do ano passado, apareceu – e pela primeira vez, ao que sabemos – uma destacada referência ao comportamento das autoridades indonésias em Timor-Leste, no pleito de defesa de um dos acusados.

Este, um estudante do Instituto Técnico de Bandung, apresentou-a sob o sugestivo título **«Indonésia: uma história de baionetas e de capacetes de aço»** e com um capítulo dedicado a **«As violações dos direitos humanos e o terror da Ordem Nova»**.

Nele fala dos massacres levados a cabo em 1965-66, a pretexto de uma tentativa de **«golpe comunista»**, dos **«assassinatos misteriosos»** de 1983-84, do massacre de Tanjung Priok, dos assassinatos em massa na Papua Ocidental, da violência contra os camponeses que defendem as suas terras em Lampung, da violência contra os estudantes. E da violência em Timor-Leste.

«Honoráveis Juizes, voltemos agora a nossa atenção para a exterminação que tem ocorrido em Timor-Leste». Assim começou este jovem estudante indonésio a sua abordagem do problema, perante o tribunal que o julgava em 31 de Janeiro deste ano.

Citando a Amnistia Internacional e a Cruz Vermelha Internacional, falou dos massacres havidos em Dili em 7 e 8 de Dezembro de 1975, dos corpos amarrados uns aos outros e lançados ao mar com um peso atado aos pés. Referiu os contínuos assassinatos dos opositores à integração, apesar da amnistia **«oferecida»** por Suharto em Agosto de 1977: em Fato Berliu, em Lospalos, em Quelicai, em Uato-Lari, em Uato-Carabau, em Viqueque, em Ossu, em Baguia, em Março e Maio de 1977, em Abril de 1979, em Setembro de 1981, em Agosto de 1983, em Abril e Maio de 1984... as deportações em massa para a ilha de Ataúro, as condições sub-humanas dos presos, a proliferação da tuberculose entre eles, o seu terror perante a permanente ameaça dos desaparecimentos e das execuções sumárias. **«É um segredo público que os escritórios governamentais de distrito e os quartéis militares locais eram utilizados para interrogar e torturar os detidos. Métodos aterradores eram praticados durante aqueles interrogatórios, incluindo a tortura por choques eléctricos (...)»**.

E a concluir a sua abordagem do problema disse o estudante: **«O processo de integração tem na verdade prosseguido bem, como declara o governo indonésio. Antes da recente visita do Papa João Paulo II a Timor-Leste, o Bispo Carlos Filipe Ximenes Belo SDB, escreveu uma carta para as Nações Unidas levantando de novo a questão da descolonização de Timor-Leste. Houve uma reacção internacional generalizada a esta carta»**. Terminou apresentando, na íntegra, a carta de D. Ximenes Belo.

Para acompanhar o texto da sua defesa o jovem fez o desenho que aqui reproduzimos.

DE TIMOR-LESTE PARA A INDONÉSIA

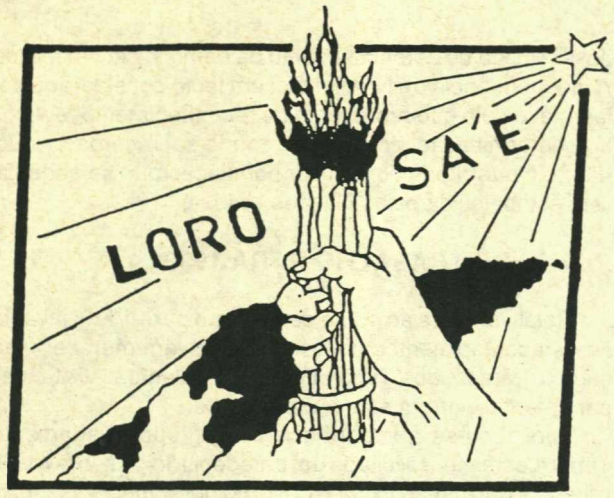
Entretanto, chegaram ao exterior duas cartas dirigidas por timorenses a H.J.Princen, director do Instituto para a Defesa dos Direitos Humanos, em Jacarta, e datadas de princípios de Novembro do ano transacto.

Uma delas, assinada por um grupo de 23 jovens que tinham procurado refúgio em casa do Bispo Belo na sequência da repressão que se seguiu à manifestação em Taci Tolu (a da visita papal), diz: **«Somos um grupo de timorenses perseguidos pelo exército para sermos presos (...). Tudo isto aconteceu porque não aceitamos as violações dos direitos humanos em Timor-Leste e o tratamento desumano que recebemos. (...) Somos obrigados a abandonar as nossas tarefas diárias, seja como trabalhadores, seja como estudantes. Não podemos fazer nada sozinhos. Respeitosamente solicitamos que o senhor intervenha. (...) Só deixaremos a casa do Bispo com a sua presença aqui. (...).»**.

A outra carta revela o empenhamento de membros do clero timorense na defesa dos direitos do seu povo. Escrita por alguém próximo da Igreja Católica, denuncia os esforços de antigos membros da Apodeti – partido que defendia a integração na Indonésia antes da invasão – e das autoridades militares indonésias (particularmente Prabowo, genro de Suharto e, à época, comandante do famigerado batalhão 328) para atingir a Igreja, o Bispo e **«todos os que não querem a integração»**. De novo um apelo a Princen: **«Por favor, ajude este pequeno povo com a presença de um Instituto para a Defesa dos Direitos Humanos aqui. Eu também sou altamente suspeito, mas estou pronto para dirigir o Instituto aqui. (...).»**. □

Debate na Comunidade Timorense: os caminhos e os instrumentos da libertação

As mudanças por que tem passado nos últimos tempos a consciência nacional timorense na guerra contra a dominação colonial indonésia - e as suas repercussões na comunidade timor na diáspora - vieram avivar o debate no seu seio quanto aos caminhos a seguir e aos instrumentos a utilizar na luta de libertação da sua Pátria.



NEON METIN

PERIODICO DA RESISTENCIA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE TIMOR - LESTE

no. 1 janeiro de 1990 ano II

Exemplo disto é **Neon Metin**, boletim da **Resistência Nacional dos Estudantes de Timor-Leste**, organização que se apresenta como um agrupamento de jovens timorenses que estudam, quer em Timor, quer na Indonésia, agora reaparecido após uma ausência de oito meses.

«(...) o nosso afastamento» - afirmam - **«foi coagido pelo desmantelamento que o inimigo vibrou sobre a nossa rede clandestina em Maio de 1989, desmantelamento que atingiu parcial, mas profundamente, o corpo redactório do Neon Metin em exercício na altura. (...)».**

«Mas nós cá estamos, a responder PRESENTE à chamada para o combate nesta frente, sempre com o mote "antes sem título do que sem Pátria".».

A maior parte da publicação é ocupada com informação, embora nem sempre dada de uma forma rigorosa (um aspecto a que os meios de comunicação ocidentais são muito sensíveis): notícias sobre as várias frentes de luta - a «armada», a «político-clandestina» e a «político-diplomática» - assim como sob a forma como a questão é vista internacionalmente - «o que dizem de nós... » - as relações com os ocupantes - «eles e nós ...» - e as relações no seio da sociedade timorense e da comunidade no exterior - «o que dizemos de nós ...».

A questão política central é abordada no editorial: as recentes transformações sofridas pela Fretilin - em particular a saída do Comandante Xanana Gusmão da direcção desta - e pela Resistência.

«(...) O partido político não é senão o instrumento de que o sujeito político se serve para atingir os fins políticos a que se propõe.

«Assim, como instrumento que é, o partido político não se justifica em si mesmo, mas sim em função do objectivo último para o qual ele foi criado. E, ainda como instrumento que é, o sujeito que o empunha pode abandoná-lo, substituí-lo por outro ou até mesmo adicioná-lo a outros para obter a maximalização de efectividade e eficácia na realização das suas actividades.

«A efectividade e eficácia de qualquer instrumento, sejam quais forem o seu modelo e a sua feitura, medem-se pela sua capacidade de "utilizável e adaptável"**: utilizável de acordo com a grandeza da tarefa e adaptável ao tempo e ao espaço em que se situa. O não preenchimento deste critério, por falta de manutenção ou abandono, relega o dito instrumento para o estado de "wear-out", sendo a persistência no seu uso sinónimo de mero e inevitável fracasso.**

«Está obsoleto! (...)

«Quando Xanana Gusmão (...) se proclamou apartidário e decretou o apartidarismo para as FALINTIL e a Resistência Nacional Estudantil de Timor-Leste, uma onda de cepticismo e apreensão invadiu muitos sectores de Timor-Leste: militantes, combatentes, políticos, diplomatas, nacionalistas e patriotas e até mesmo oportunistas, reaccionários e traidores.

«Para onde quererá o Xanana conduzir-se a si mesmo, as FALINTIL e os estudantes? (...)

«Afastando-se da Fretilin, não estará o Xanana querendo abandonar o instrumento mais eficaz para a realização da grande tarefa, que é a de conduzir o Povo de Timor-Leste à libertação? (...)

«Contudo, Xanana, pelo seu Povo foi colocado alto demais para ser atingido por observações fragmentistas ou insinuações maldosas e mesquinhas. Ele ficou para além das fronteiras partidárias. Ele superou todas as tendências singulares. Ele deixou de [se] **bater por uma facção, um grupo ou um partido. Ele passou a bater**[-se] **e com ele as FALINTIL e os estudantes, por todo o seu Povo que urge liberdade e independência. Ele se identificou com a vontade de todo o seu Povo. Ele ficou o líder Nacional!».** □

Encontro europeu de solidariedade

Teve lugar em Londres, no fim-de-semana de 10 e 11 de Março último, o 10º Encontro dos Grupos de Solidariedade com Timor-Leste da Europa. Participaram os representantes dos Grupos da Dinamarca, França, Holanda, Portugal, Reino Unido, República Federal Alemã e Suécia, assim como um membro da Coligação Japonesa por Timor-Leste (que agrupa os 10 grupos de solidariedade existentes naquele país) e um turista australiano que presenciou, em Dili, os acontecimentos do dia 17 de Janeiro. O Encontro convidou os dirigentes da Convergência Nacionalista Timorense (CNT), Abílio Araújo e Paulo Pires, a participarem dos trabalhos.

SITUAÇÃO EM TIMOR-LESTE

Os dirigentes da CNT historiaram a evolução da Resistência timorense à ocupação indonésia, fornecendo informação sobre as transformações recentemente operadas ao nível do seu comando e organização.

Foi analisado com especial atenção o Plano de Paz apresentado num documento assinado pelo Comandante Xanana Gusmão, assim como as iniciativas de paz protagonizadas pelo Bispo D. Ximenes Belo, através do seu apelo à realização de um referendum em Timor-Leste e pelos jovens e estudantes, através das manifestações que organizaram em Dili nos últimos meses.

Os Grupos de Solidariedade reafirmaram, uma vez mais, o seu inequívoco e activo apoio ao direito à autodeterminação do povo timorense e saudaram todas as iniciativas políticas que visem concretizar este direito, desde que nelas esteja garantida a participação dos representantes do povo de Timor-Leste.

Decidiram escrever uma carta ao Administrador Apostólico de Dili expressando o seu respeito pelo Prelado pelo facto de, em circunstâncias difíceis, ter tido a coragem de elevar a voz e tornar mais conhecidas as aspirações profundas do seu povo e relatando-lhe as diversas manifestações que, em vários países do mundo, assinalaram a passagem do primeiro aniversário da sua carta ao Secretário Geral das Nações Unidas (6 de Fevereiro).

A SITUAÇÃO NA INDONÉSIA E INTERNACIONAL

Foi difícil precisar o sentido da evolução política na Indonésia.

Duas tendências foram assinaladas: por um lado, uma tentativa de abertura económica sem abertura política, baseada no reforço do carácter corporativista do regime e implicando uma certa perda de poder para os militares; por outro lado, uma maior exigência de democratização da sociedade e do poder, em particular por parte dos estudantes, dos activistas dos direitos humanos e das organizações ecologistas.

Constatou-se, pela primeira vez desde a invasão de Timor-Leste, que o genocídio do povo maubere e os problemas que hoje afectam a população do território começam a ser alvo de tomadas de posição críticas e públicas por iniciativa de alguns sectores de opinião indonésios.

Os participantes no Encontro enviaram um apelo ao Presidente Suharto da Indonésia para que não fossem concretizadas as execuções de 6 presos políticos, anunciadas dias antes e congratularam-se pelo facto de o representante dos 12 em Jacarta ter tomado uma posição clara e veemente quanto a esta flagrante violação dos direitos do homem.

Os acontecimentos que tendem a modificar, em parte, a face do mundo foram saudados pelo que implicam de recurso ao diálogo e à negociação política na resolução de conflitos e de possibilidade de aprofundamento da democracia em muitos países. A independência da Namíbia foi um facto considerado de particular relevo pelo que representa de reconhecimento real do direito à autodeterminação dos povos, tendo-se recordado que Timor-Leste é o território com maior população que se segue agora na lista estabelecida pelas Nações Unidas.

PLANO DE TRABALHO PARA 1990

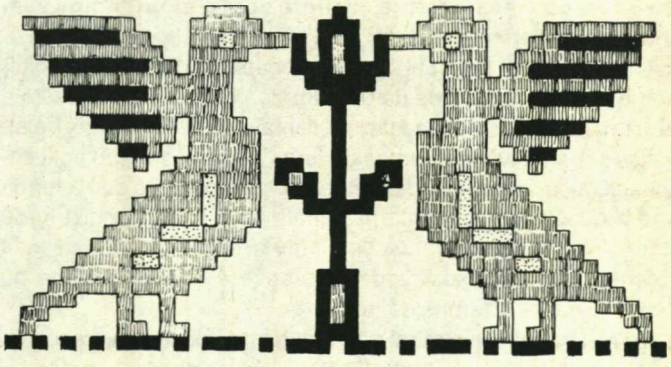
Relativamente ao plano de trabalho para 1990, inventariaram-se os acontecimentos políticos que devem merecer maior atenção: o tratado do "Timor Gap" e a eventual visita da missão parlamentar portuguesa a Timor-Leste.

Sublinhou-se a importância de o grupo «Parlamentares por Timor-Leste» ter solicitado um parecer jurídico sobre a validade do tratado e decidiu-se instar o governo português a assumir as suas responsabilidades como Potência Administrante e as expectativas que criou quando divulgou o seu protesto pela assinatura do tratado, apresentando uma queixa ao Tribunal Internacional de Haia.

Quanto a estas duas questões, foram acordadas algumas iniciativas a concretizar a seu tempo.

No âmbito ainda das actividades previstas para este ano, planeou-se a intervenção dos grupos de solidariedade na Subcomissão para a Prevenção da Discriminação e a Protecção das Minorias (Genebra, Agosto), na próxima sessão da Comissão de Descolonização (Nova Iorque, Agosto) e no Parlamento Europeu.

No dia seguinte ao do encerramento do Encontro uma delegação dos Grupos participantes entregou um protesto contra a assinatura do tratado do "Timor Gap" ao Alto Comissário Australiano, em Londres. □



Director: António Pinto Pereira **Proprietário:** Comissão para os Direitos do Povo Maubere
Sede: R. Pinheiro Chagas, 77-2ºE-1000 Lisboa, Tel: 574718
Produção: João Escadinha **Impressão:** Grafis, Coop. de Artes Gráficas **Tiragem:** 1000 ex. **Assinatura anual:** 400$00 **Registo** DGCS nº 112094 Dep. Leg. nº 25317